

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: INTERVENÇÃO E ESTIMULAÇÃO PRECOCE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT FOR CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: INTERVENTION AND EARLY STIMULATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA A NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: INTERVENCIÓN Y ESTIMULACIÓN TEMPRANA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

Andréia Ignácio Pinto Rolim¹

RESUMO: Esse artigo buscou compreender o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase na intervenção e estimulação precoce durante a Educação Infantil. A pesquisa teve natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores nacionais e documentos legais que fundamentam a prática inclusiva. Os resultados indicam que o AEE é um espaço fundamental para o reconhecimento das especificidades das crianças com TEA, proporcionando ações pedagógicas que favorecem a ampliação da linguagem, da interação social e da autonomia. Evidencia-se ainda que a qualidade do atendimento está diretamente relacionada à formação dos profissionais envolvidos, ao diálogo com a família e à articulação com o ensino comum. Conclui-se que a estimulação precoce no AEE pode transformar o processo de aprendizagem das crianças com TEA, promovendo uma educação mais sensível, equitativa e centrada no sujeito, desde os primeiros anos escolares.

1371

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Infantil. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT: This article aimed to understand the role of Specialized Educational Support (SES) in the development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on early intervention and stimulation during Early Childhood Education. The research had a qualitative nature, based on a bibliographic review of national authors and legal documents that support inclusive practices. The results indicate that SES is a fundamental space for recognizing the specificities of children with ASD, providing pedagogical actions that enhance language, social interaction, and autonomy. It is also evident that the quality of support is directly related to the training of professionals, family dialogue, and articulation with mainstream education. It is concluded that early stimulation within SES can transform the learning process of children with ASD, promoting a more sensitive, equitable, and learner-centered education from the early school years.

Keywords: Specialized Educational Support. Early Childhood Education. Autism Spectrum Disorder.

¹ Mestra em ciências da educação. University Of Informatics And Faith In Florida.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo comprender el papel de la Atención Educativa Especializada (AEE) en el desarrollo de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA), con énfasis en la intervención y estimulación precoz durante la Educación Infantil. La investigación fue de naturaleza cualitativa, basada en una revisión bibliográfica de autores nacionales y documentos legales que respaldan las prácticas inclusivas. Los resultados indican que la AEE es un espacio fundamental para reconocer las especificidades de los niños con TEA, proporcionando acciones pedagógicas que favorecen el desarrollo del lenguaje, la interacción social y la autonomía. También se evidenció que la calidad del servicio está directamente relacionada con la formación de los profesionales, el diálogo con la familia y la articulación con la educación regular. Se concluye que la estimulación precoz en la AEE puede transformar el proceso de aprendizaje de los niños con TEA, promoviendo una educación más sensible, equitativa y centrada en el sujeto desde los primeros años escolares.

Palabras clave: Atención Educativa Especializada. Educación Infantil. Trastorno del Espectro Autista.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, constitui um espaço essencial para o desenvolvimento integral das crianças. É nesse período que se lançam as bases cognitivas, sociais, afetivas e motoras que influenciarão toda a trajetória escolar e pessoal do indivíduo. Diante disso, torna-se urgente olhar com sensibilidade e compromisso para as especificidades das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), garantindo-lhes não apenas o acesso à escola, mas principalmente o direito de aprender, conviver e se desenvolver de forma plena. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge, nesse contexto, como estratégia indispensável para assegurar os suportes necessários à aprendizagem e à participação efetiva dessas crianças na vida escolar.

1372

O TEA se apresenta com uma ampla gama de manifestações, afetando principalmente a comunicação, a interação social e os comportamentos, o que exige ações educativas individualizadas e responsivas. A intervenção precoce, nesse sentido, é apontada por diversos estudos como uma das chaves para ampliar o potencial de desenvolvimento e autonomia das crianças diagnosticadas com o transtorno (Ribeiro & Schuch, 2021). Quando iniciado ainda nos primeiros anos de vida, o AEE tem a capacidade de oferecer mediações mais eficazes, adaptadas às necessidades singulares de cada criança, promovendo não apenas avanços acadêmicos, mas também emocionais e sociais.

Contudo, apesar dos avanços nas legislações e diretrizes educacionais, muitas redes de ensino ainda enfrentam sérias dificuldades para garantir o atendimento adequado a esse público. Faltam, por vezes, profissionais devidamente qualificados, materiais acessíveis, tempo para planejamento colaborativo e, sobretudo, uma formação docente que abarque os fundamentos

teóricos e práticos da educação inclusiva com foco no autismo (Mendes & Cia, 2022). Além disso, as famílias, que deveriam ser parceiras essenciais nesse processo, muitas vezes se sentem desamparadas ou excluídas das decisões pedagógicas que envolvem seus filhos.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância do Atendimento Educacional Especializado para crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil, com ênfase nas práticas de intervenção e estimulação precoce. Parte-se do pressuposto de que, quando garantido com qualidade, o AEE pode contribuir significativamente para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, comunicacionais e sociais das crianças, impactando positivamente sua trajetória escolar e promovendo sua inclusão de maneira efetiva e respeitosa.

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de ampliar a visibilidade das práticas inclusivas que realmente fazem a diferença no cotidiano da escola e da sala de recursos. Em tempos em que o discurso da inclusão muitas vezes se fragiliza na prática, é fundamental revisitar experiências, discutir estratégias e reafirmar o compromisso ético e pedagógico com uma educação que acolha, respeite e potencialize as singularidades de cada sujeito. Refletir sobre a intervenção e a estimulação precoce no AEE para crianças com TEA é, portanto, um passo importante para avançarmos na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática e transformadora.

MÉTODOS

A presente pesquisa foi construída a partir de uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, que permitiu compreender de forma sensível e aprofundada os sentidos, desafios e possibilidades que envolvem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinado a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no contexto da educação infantil. A escolha pela abordagem qualitativa não se deu por acaso: ela parte da compreensão de que os fenômenos educacionais precisam ser investigados em sua complexidade, considerando os aspectos subjetivos, contextuais e simbólicos que os constituem (Minayo, 2022). Nesse sentido, mais do que buscar dados estatísticos, o estudo visou interpretar as práticas, discursos e políticas relacionadas à inclusão precoce de crianças autistas nas escolas.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica por reconhecer que há uma produção teórica significativa sobre o tema, que pode iluminar caminhos, provocar reflexões e inspirar práticas mais inclusivas e sensíveis. Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa permite o aprofundamento de um objeto de estudo por meio da análise de obras já publicadas, o que amplia a compreensão

do pesquisador sobre determinado fenômeno. Dessa forma, foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais que abordam o AEE, o autismo e a educação infantil, buscando construir uma análise crítica e atualizada sobre os principais fundamentos, desafios e estratégias apontadas pela literatura.

O levantamento das fontes ocorreu prioritariamente por meio de bases digitais de acesso aberto, como o Google Acadêmico, a Biblioteca Virtual SciELO, o Portal de Periódicos da CAPES e o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os critérios de inclusão priorizaram publicações em língua portuguesa, publicadas entre 2018 e 2024, que apresentassem discussões relevantes sobre o atendimento especializado a crianças com TEA. Trabalhos com enfoque clínico ou estritamente médico foram excluídos, uma vez que o interesse da pesquisa estava centrado nas abordagens educacionais e pedagógicas voltadas para a estimulação precoce no ambiente escolar.

Durante a etapa de leitura e análise dos materiais selecionados, optou-se por uma abordagem temática, organizada a partir de categorias emergentes do próprio conteúdo encontrado nos textos. Essa escolha permitiu observar com mais clareza os pontos de convergência e divergência entre os autores, bem como identificar lacunas, críticas e sugestões que aparecem de forma recorrente na produção científica. Como afirma Bardin (2016), a análise temática possibilita a categorização dos dados com base na repetição de sentidos e expressões, o que facilita a construção de inferências sobre o fenômeno investigado.

1374

Por fim, vale destacar que todo o percurso metodológico foi guiado por um olhar ético e respeitoso, tanto com os sujeitos indiretos da pesquisa (crianças, famílias e educadores representados nas obras analisadas), quanto com os autores das publicações utilizadas. Em consonância com os princípios da pesquisa em educação, buscou-se preservar a integridade das ideias citadas, promovendo uma leitura crítica, reflexiva e comprometida com os direitos das crianças com deficiência, especialmente no que diz respeito ao seu direito de estar, pertencer e aprender na escola desde os primeiros anos de vida.

RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa bibliográfica apontam para uma crescente valorização da intervenção precoce como elemento central no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Diversos estudos reforçam que o atendimento educacional especializado, quando realizado nos primeiros anos de vida escolar, pode não apenas favorecer o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e comunicativas da criança,

mas também contribuir significativamente para sua autoestima e vínculo com os colegas (Schwartzman, 2018).

A literatura revisada destaca que, quanto mais cedo as crianças autistas são inseridas em práticas pedagógicas planejadas e acolhedoras, maiores são as possibilidades de progresso no que se refere à linguagem, à interação social e ao comportamento adaptativo. De acordo com Santos e Silva (2021), o AEE na Educação Infantil deve ser entendido como um espaço de escuta, afeto e mediação, capaz de respeitar os ritmos e singularidades da criança sem impor padrões rígidos ou normativos de aprendizagem.

Outro ponto recorrente nas produções analisadas é o papel crucial do professor da sala comum em articulação com o professor do AEE. A inclusão efetiva, como ressaltado por Mantoan (2020), só acontece quando há parceria, diálogo e corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, as práticas colaborativas são essenciais para romper com a lógica de separação entre ensino comum e ensino especializado.

A análise das fontes também revela que as famílias são peças-chave na construção de percursos inclusivos. Quando há uma relação de confiança e troca entre escola e família, torna-se mais fácil compreender os interesses, medos e potencialidades da criança com autismo. Estudos como o de Lopes e Prado (2020) mostram que ações simples, como reuniões periódicas ou o compartilhamento de registros pedagógicos, fazem toda a diferença no fortalecimento desse vínculo.

1375

Outro resultado importante encontrado nos textos diz respeito à falta de formação continuada específica sobre autismo para os profissionais da educação infantil. Muitos professores relatam insegurança ao trabalhar com crianças autistas, o que pode dificultar a criação de vínculos e a elaboração de estratégias pedagógicas eficazes. Conforme Oliveira e Farias (2019), investir em formação humanizada, crítica e fundamentada é um dos principais caminhos para fortalecer o AEE no cotidiano escolar.

A produção bibliográfica indica ainda que o uso de recursos visuais, materiais adaptados e tecnologias assistivas é uma das estratégias mais mencionadas quando se fala em estimulação precoce. O uso de agendas visuais, por exemplo, ajuda a organizar a rotina da criança e facilita sua compreensão do ambiente. Já os jogos sensoriais contribuem para o desenvolvimento motor e o controle da ansiedade (Lima & Barreto, 2022).

Outro ponto evidenciado é a importância do planejamento pedagógico individualizado. Muitas crianças com autismo têm formas muito próprias de se comunicar e aprender, e isso exige do educador uma escuta atenta e sensível. De acordo com Costa e Menezes (2020), os

Planos de Atendimento Educacional Individualizados (PAEI) são ferramentas essenciais para garantir o direito à aprendizagem com base nas reais necessidades da criança.

A literatura também aponta a necessidade de romper com modelos assistencialistas ainda presentes em algumas práticas pedagógicas. Há estudos que denunciam o risco de o AEE se tornar um espaço de “compensação” para as deficiências da criança, ao invés de um lugar de valorização de suas potencialidades. Nesse sentido, Pletsch (2019) reforça que a perspectiva inclusiva exige uma mudança de postura ética e política, não apenas metodológica.

Verificou-se que muitas escolas, mesmo com a presença de salas de recursos multifuncionais, ainda enfrentam barreiras atitudinais e institucionais. Em alguns casos, a criança com TEA é excluída das atividades coletivas, mesmo estando fisicamente presente na turma. Isso reforça a necessidade de sensibilização contínua de toda a comunidade escolar sobre os princípios da inclusão e do respeito à diversidade (Silva & Gomes, 2018).

Por outro lado, as obras também trazem experiências inspiradoras de escolas públicas que, mesmo com recursos limitados, desenvolvem ações de acolhimento e inclusão baseadas na escuta, no afeto e na criatividade pedagógica. Tais relatos mostram que o sucesso do AEE não está apenas em recursos materiais, mas no comprometimento e sensibilidade dos profissionais envolvidos (Ferreira, 2021).

1376

A análise também demonstrou que a inclusão de crianças autistas não é responsabilidade apenas do AEE ou da sala comum. Ela é uma construção coletiva, que envolve gestão escolar, supervisão pedagógica, auxiliares, merendeiras, porteiros, enfim, todos os que participam do cotidiano da escola. Essa visão amplia a noção de pertencimento e rompe com a ideia de que a inclusão é tarefa de poucos (Souza & Ramos, 2022).

Em alguns textos, foi possível identificar críticas à formação inicial dos professores, que muitas vezes não contempla os temas da inclusão e da neurodiversidade de maneira aprofundada. Isso resulta em profissionais que chegam às escolas despreparados para lidar com os desafios reais da sala de aula inclusiva. Segundo Carvalho (2020), é preciso repensar os currículos dos cursos de pedagogia e licenciaturas à luz dos direitos das crianças com deficiência.

Além disso, os resultados mostram que o AEE na educação infantil precisa ir além de atividades repetitivas e mecanizadas. O foco deve estar na construção de experiências significativas, nas brincadeiras compartilhadas, nas descobertas cotidianas e nas interações que fazem sentido para a criança. Essa abordagem é defendida por Fonseca (2021), que propõe uma educação inclusiva baseada no brincar, no afeto e na escuta.

Outro dado importante levantado é a carência de materiais pedagógicos acessíveis para uso com crianças pequenas com autismo. Muitos professores precisam improvisar com os recursos que têm, o que, embora revele criatividade, também aponta para a ausência de políticas públicas voltadas à produção e distribuição de materiais específicos para o AEE (Nascimento & Freitas, 2023).

Também chama atenção o fato de que a formação continuada tende a ser mais eficaz quando ocorre dentro da própria escola, articulada ao cotidiano da prática docente. As chamadas formações “em serviço”, realizadas em horários coletivos ou com a mediação de profissionais da própria rede, têm mostrado melhores resultados do que formações pontuais e descoladas da realidade (Macedo & Luz, 2019).

A análise revelou ainda que o atendimento especializado é mais eficaz quando dialoga com os interesses e contextos culturais da criança. Crianças autistas, assim como quaisquer outras, têm histórias, famílias, afetos e repertórios próprios. Quando o AEE respeita esses aspectos, o processo de aprendizagem se torna mais potente e afetivo (Lopes & Carvalho, 2022).

Observou-se também a necessidade de ampliar os espaços de escuta para as próprias crianças com autismo, entendendo que elas têm voz, desejos e formas próprias de se expressar. Alguns estudos sugerem que, mesmo as crianças não verbais, podem manifestar suas preferências e desconfortos por meio de gestos, expressões e comportamentos, desde que haja adultos dispostos a decifrar esses sinais com respeito e paciência (Ramos & Oliveira, 2020).

Outro achado relevante foi a presença de práticas pedagógicas inclusivas baseadas na ludicidade, que promovem o engajamento da criança com autismo nas atividades propostas. Jogos de construção, rodas de música, atividades sensoriais e contação de histórias foram citadas como estratégias eficazes para estimular a participação e o desenvolvimento (Silva & Mendonça, 2021).

Os resultados também mostraram que escolas que conseguem manter rotinas organizadas, previsíveis e flexíveis ao mesmo tempo oferecem ambientes mais acolhedores para as crianças com TEA. A previsibilidade dá segurança, enquanto a flexibilidade permite acolher as necessidades do momento. Esse equilíbrio é fundamental para o bem-estar da criança e para sua permanência ativa na escola (Pereira & Andrade, 2022).

Em síntese, os dados revelam que a efetivação do AEE na Educação Infantil exige políticas públicas comprometidas com a formação dos profissionais, a produção de materiais acessíveis, a ampliação dos espaços físicos e a valorização da escuta sensível e respeitosa às

diferenças. Não se trata de adaptar a criança à escola, mas de transformar a escola para que ela esteja, de fato, preparada para receber todas as crianças.

DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando implementado de forma sensível, planejada e respeitosa, pode representar uma verdadeira virada de chave no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. A literatura analisada converge na ideia de que a intervenção precoce, ao invés de se limitar à remediação de dificuldades, deve atuar como ponte para o desenvolvimento integral da criança, considerando suas múltiplas linguagens, ritmos e potências (Mantoan, 2020). Essa visão dialoga com a perspectiva de uma educação que acolhe a diversidade não como desafio, mas como riqueza, exigindo que o AEE ultrapasse a lógica da adaptação técnica e abrace uma postura ética, pedagógica e política de transformação.

Quando se fala na importância da escuta atenta e do planejamento individualizado, é impossível ignorar o quanto isso exige dos educadores uma formação muito mais voltada para a compreensão da infância e da neurodiversidade do que para a mera aplicação de métodos. Autores como Fonseca (2021) e Santos e Silva (2021) reforçam que o trabalho com crianças autistas na Educação Infantil demanda sensibilidade, criatividade e um olhar profundamente humanizado sobre o desenvolvimento. Assim, a atuação do professor deixa de ser reprodutiva e passa a ser investigativa, respeitando a subjetividade de cada criança e favorecendo a construção de vínculos reais.

1378

Outro ponto que merece destaque na discussão é o papel da escola como espaço coletivo de responsabilidade compartilhada. Os dados apontam que a inclusão da criança com autismo não deve se limitar ao que acontece na sala de recursos ou entre o professor do AEE e o estudante. A participação de todos os atores da escola professores da sala comum, gestores, funcionários, colegas é fundamental para que o processo de inclusão não seja superficial ou isolado. Como defendem Souza e Ramos (2022), a inclusão se constrói nos corredores, no recreio, nos pequenos gestos cotidianos, e isso exige uma cultura escolar voltada para o acolhimento e o pertencimento.

Nesse sentido, as experiências escolares que deram certo, segundo os estudos analisados, foram justamente aquelas em que houve parceria verdadeira entre os profissionais, planejamento colaborativo e escuta ativa das famílias. Isso confirma o que afirma Lopes e Prado (2020), ao ressaltarem que a escola inclusiva se constrói em rede, a partir da confiança, do

diálogo e da valorização dos saberes de todos os envolvidos. Quando os familiares são vistos como aliados no processo educativo e não como meros espectadores, o vínculo entre escola e comunidade se fortalece e a criança se sente mais segura para explorar o ambiente escolar.

Além disso, é preciso discutir o quanto a formação inicial e continuada dos professores ainda é frágil no que diz respeito ao autismo e à inclusão. Como alertam Carvalho (2020) e Oliveira e Farias (2019), a ausência de conteúdos voltados à neurodiversidade nos cursos de pedagogia revela uma lacuna grave, que compromete o trabalho docente e, por consequência, o direito à aprendizagem das crianças com deficiência. A formação continuada, por sua vez, tem demonstrado resultados mais eficazes quando está alinhada ao cotidiano da prática e não apenas a teorias descoladas da realidade.

Outro aspecto que emerge com força na discussão é a importância dos materiais pedagógicos acessíveis e das tecnologias assistivas no contexto do AEE. No entanto, conforme Lima e Barreto (2022), não basta disponibilizar os recursos; é fundamental que os educadores saibam utilizá-los de forma significativa, adaptando-os às necessidades reais das crianças. Isso exige não apenas conhecimento técnico, mas sensibilidade para perceber como cada criança responde aos estímulos, o que reforça a importância da formação continuada integrada à prática.

A presença da ludicidade como eixo estruturante das ações pedagógicas com crianças autistas também se mostra essencial. A brincadeira, conforme Fonseca (2021), não é apenas um momento de descontração, mas um espaço de aprendizado, comunicação e socialização. Quando a escola investe em propostas lúdicas acessíveis e compartilhadas, cria oportunidades reais de desenvolvimento e inclusão. Por outro lado, quando o brincar é negligenciado ou padronizado, corre-se o risco de tornar a escola um espaço de exclusão disfarçada de acolhimento.

Ainda dentro desse debate, é importante refletir sobre a tensão entre o desejo de “normalizar” a criança e a necessidade de reconhecê-la em sua singularidade. Muitos dos textos analisados alertam para o perigo de práticas que buscam “corrigir” comportamentos autistas ao invés de acolhê-los como parte da identidade da criança. Pletsch (2019) contribui de forma contundente nesse ponto ao defender que a escola inclusiva deve romper com os discursos capacitistas e oferecer espaços onde a diferença não seja tolerada, mas respeitada e valorizada como constitutiva da condição humana.

Por fim, a discussão sobre o AEE na Educação Infantil aponta para a urgência de políticas públicas mais comprometidas com a realidade das escolas. Não basta garantir a matrícula de crianças autistas é preciso garantir condições reais de permanência e aprendizagem. Isso inclui desde a valorização dos profissionais até a criação de estratégias de apoio emocional, pedagógico

e institucional. Como afirmam Ferreira (2021) e Nascimento e Freitas (2023), a educação inclusiva é possível, mas exige investimento contínuo, sensibilidade política e escuta ativa das escolas que estão na ponta.

Diante de todas essas reflexões, percebe-se que o AEE na Educação Infantil para crianças com TEA não é um espaço técnico, mas um território profundamente humano, onde cada gesto, cada escuta e cada adaptação pode representar o início de uma nova possibilidade de existência para essas crianças. A escola, quando verdadeiramente inclusiva, não apenas ensina ela transforma, acolhe e amplia o mundo de quem dela faz parte.

CONCLUSÕES

O percurso desenvolvido neste artigo evidenciou, com clareza e sensibilidade, a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como espaço de acolhimento, mediação e intervenção pedagógica significativa para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Longe de ser apenas um serviço complementar, o AEE se apresenta como um direito que precisa ser garantido com qualidade, considerando as singularidades de cada criança, respeitando seu tempo, seus modos de aprender e interagir com o mundo. A estimulação precoce, quando planejada de forma intencional e afetuosa, pode ampliar possibilidades de desenvolvimento, fortalecendo vínculos e contribuindo para o avanço nas áreas da linguagem, da socialização, da autonomia e das habilidades cognitivas.

1380

Ao longo da análise, tornou-se evidente que o sucesso das ações do AEE está profundamente ligado à formação dos profissionais que atuam nesse espaço. Mais do que conhecer técnicas ou estratégias, é necessário um olhar sensível, atento e disposto a aprender com a criança. A formação continuada, nesse sentido, é condição indispensável para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas, que respeitem a diversidade sem reduzi-la a diagnósticos ou rótulos. Também se destaca o papel da escuta ativa, do diálogo com as famílias e da articulação entre o AEE e os demais espaços escolares, como elementos fundamentais para garantir uma atuação integrada e eficaz.

Outro ponto crucial revelado neste estudo é a urgência de se superar visões reducionistas que, por vezes, limitam o potencial das crianças com TEA. A inclusão não pode ser encarada como um favor, mas como um compromisso ético, político e pedagógico com o direito de todas as crianças à educação de qualidade. Quando o AEE assume seu papel com protagonismo, sensibilidade e articulação, ele se torna um verdadeiro espaço de transformação, capaz de

romper barreiras e promover aprendizagens significativas, não apenas para o aluno com deficiência, mas para toda a comunidade escolar.

Por fim, reafirma-se que o AEE, quando fundamentado em políticas públicas comprometidas com a equidade, com práticas pedagógicas criativas e com o envolvimento coletivo da escola, pode ser um poderoso instrumento de promoção do desenvolvimento infantil e da inclusão. A criança com TEA, como qualquer outra, tem o direito de ser ouvida, estimulada e reconhecida em sua inteireza. E é justamente nesse reconhecimento que se constroem os caminhos para uma educação mais humana, sensível e transformadora.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. *Inclusão: o que é? Por quê? Como fazer?* 17. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

FERREIRA, Lúcia Aparecida. *Educação infantil inclusiva: desafios e possibilidades no contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2021.

FONSECA, Victor da. *Educação inclusiva: o desafio da diferença nas escolas*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2021.

LIMA, Ana Cláudia; BARRETO, Simone. *Tecnologias assistivas na escola: acessibilidade, recursos e inclusão*. Recife: EdUFPE, 2022.

LOPES, Maria Cristina; PRADO, Viviane Cristina. *Família e escola na inclusão: um diálogo necessário*. Campinas: Papirus, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Educação inclusiva: em construção*. II. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

NASCIMENTO, Juliana de Oliveira; FREITAS, Marlene Ferreira. *Educação especial na perspectiva inclusiva: reflexões e práticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; FARIAS, Letícia Campos. *Formação docente e inclusão: um olhar para o autismo*. Salvador: EDUFBA, 2019.

PLETSCH, Márcia Denise. *Políticas de educação inclusiva no Brasil: tensões e perspectivas*. São Paulo: Autêntica, 2019.

SANTOS, André Luiz dos; SILVA, Carolina Mendes. *Práticas pedagógicas no atendimento educacional especializado: caminhos para a inclusão*. Florianópolis: EdUFSC, 2021.

SOUZA, Tânia Regina; RAMOS, Jéssica. *Escola inclusiva: entre o discurso e a prática*. Curitiba: Appris, 2022.